



Número: **0800853-41.2019.8.18.0031**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Parnaíba**

Última distribuição : **26/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 45.643,76**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DE FATIMA NASCIMENTO (AUTOR)		BEATRIZ SOUSA FONTENELE (ADVOGADO)	
CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A (RÉU)		VILMAR OLIVEIRA FONTENELE (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
5335057	12/06/2019 09:18	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
5313223	10/06/2019 14:51	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
5312260	10/06/2019 14:11	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
5311645	10/06/2019 13:43	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
4831138	15/05/2019 17:48	<a href="#">Despacho</a>	Sentença
4830975	23/04/2019 10:03	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
4799218	17/04/2019 10:13	<a href="#">Comprovante</a>	Comprovante
4781240	15/04/2019 17:53	<a href="#">MANIFESTAÇÃO</a>	MANIFESTAÇÃO
4781401	15/04/2019 17:53	<a href="#">0010765-47.2016.pdf COMPROVANTE DE CITAÇÃO</a>	MANIFESTAÇÃO
4747758	11/04/2019 11:51	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
4733961	11/04/2019 11:20	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
4722382	09/04/2019 14:44	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
4709490	08/04/2019 15:42	<a href="#">MANIFESTAÇÃO</a>	MANIFESTAÇÃO
4659138	02/04/2019 13:15	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
4635943	30/03/2019 07:13	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
4600109	27/03/2019 09:16	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
4599977	27/03/2019 09:16	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
4563722	26/03/2019 11:48	<a href="#">Petição</a>	Petição
4563727	26/03/2019 11:48	<a href="#">Carteira de Trab084</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

45637 28	26/03/2019 11:48	<a href="#">Comprovante rend Maria de Fátima081</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
45637 29	26/03/2019 11:48	<a href="#">Comprovante res Maria de Fátima080</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
45637 30	26/03/2019 11:48	<a href="#">Declaração085</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
45637 32	26/03/2019 11:48	<a href="#">DIFERENÇA INVALIDEZ PERMENENTE</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
45637 33	26/03/2019 11:48	<a href="#">Doc Maria de Fátima078</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
45637 37	26/03/2019 11:48	<a href="#">Laudo</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
45637 38	26/03/2019 11:48	<a href="#">Maria de Fátima</a>	Petição
45637 39	26/03/2019 11:48	<a href="#">Previdência Maria de Fátima082</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
45637 40	26/03/2019 11:48	<a href="#">Procuração Maria de Fátima079</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
45637 41	26/03/2019 11:48	<a href="#">Radiografia</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
45637 96	26/03/2019 11:48	<a href="#">Sinistro</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
45637 99	26/03/2019 11:48	<a href="#">Sinistro2</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
45628 99	26/03/2019 11:48	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
45629 09	26/03/2019 11:48	<a href="#">Maria de Fátima</a>	Petição



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA**

Av. Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

E-mail: sec.1varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

**PROCESSO Nº:** 0800853-41.2019.8.18.0031

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO:** [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

**AUTOR(A):** MARIA DE FATIMA NASCIMENTO

**RÉU(S):** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICO** que, nesta data, extraí cópia do Despacho-Carta de Id: 5313223 e encaminhei ao réu via Correios com AR, acompanhado de cópias da inicial.

O referido é verdade. Dou fé.

Parnaíba-PI, 12 de junho de 2019.

**SIMONE LEITE DE SOUZA**  
**Analista Judicial**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**1ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA**

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP:  
64209-060

**PROCESSO** N°: 0800853-41.2019.8.18.0031  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
**AUTOR:** MARIA DE FATIMA NASCIMENTO

Nome: MARIA DE FATIMA NASCIMENTO  
Endereço: Rua José Mendes Mourão, 120, São Vicente de Paula, PARNAÍBA - PI - CEP:  
6 4 2 1 6 - 0 7 0

**RÉU: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A**

Nome: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A  
Endereço: CAPEMI - Caixa de Pecúlio, Pensões e Montepios Beneficente, 7 Andar, Rua São Clemente 38, Botafogo, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 22260-900

## **MANDADO**

**Em cumprimento ao DESPACHO-CARTA(Provimento CGJ nº38/2014) abaixo fica a  
RÉU: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A  
ciente do conteúdo abaixo:**

### **DESPACHO-CARTA**

1. R. h. Em toda a Justiça brasileira foi de 12,1% o índice de processos resolvidos no ano passado por meio de acordos, frutos de mediação ou conciliação. O dado faz parte do Relatório Justiça em Números 2018 (ano-base 2017), publicado nesta segunda-feira (27/8). O Índice de Conciliação, medido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), permite que o país tenha ideia da contribuição – em termos estatísticos – das vias consensuais de solução de conflito em relação ao total de decisões terminativas e sentenças. Em termos absolutos, o número de sentenças homologatórias em 2017 foi de 3,7 milhões, em um universo de 31 milhões de sentenças. De acordo com o Relatório Justiça em Números, na Justiça Estadual, durante a fase de conhecimento, o índice de conciliação chega a 14% e vai para 4%, na fase de Execução. Na Justiça Federal os índices variam de 5% (conhecimento) e 3% (execução). Apesar de louvável, verifica-se que as conciliações ocorrem quase sempre em fase posterior à audiência inaugural, ou seja, ou quando já produzidas as provas ou quando prolatada a sentença de mérito. Quase zero o número de acordos na audiência inaugural prevista no novo CPC. Assim, e tentando dar maior efetividade e celeridade ao processo, cobranças eternas e massivas de nossa

sociedade e da classe de advogados, deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do NCPC e determino a citação do(s) requeridos(s). Como o ato pode ser realizado em momento posterior ou mesmo efetivado de modo espontâneo e de forma extrajudicial pelas partes, a postergação não acarreta qualquer nulidade ante a ausência de prejuízo. De assinalar-se, também, que nos termos do artigo 331, §3º, do Código de Processo Civil, se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável a obtenção de acordo, o Juiz poderá dispensar a realização da audiência de conciliação. A respeito, alguns julgados: **“AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - PRELIMINAR - NULIDADE DA DECISÃO - DISPENSA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PREVISTA NO ART. 334 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - REJEIÇÃO - SUSTAÇÃO DOS EFEITOS DO PROTESTO - TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA - REQUISITOS DO ART. 300 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PRESENÇA - NOVAÇÃO - COBRANÇA DA DÍVIDA NA FORMA PACTUADA NO AJUSTE QUE NÃO MAIS SUBSISTE - IMPOSSIBILIDADE.** Inexiste ilegalidade no ato do juiz singular, que deixa de designar audiência de conciliação, tendo apresentado fundamentos sólidos para tanto e, ainda, evidenciado a possibilidade de designá-la em momento futuro, caso haja interesse das partes. Nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015), para que seja possível a concessão de tutela provisória de urgência, devem se fazer presentes, de forma cumulativa, os requisitos da probabilidade do direito invocado pela parte requerente, e da existência de perigo de dano caso a tutela jurisdicional demandada somente seja concedida em decisão final. - Restando comprovada a novação de dívida anteriormente firmada pelas partes, incontroverso que os títulos originais não podem ser levados a protesto, uma vez que o negócio jurídico que deu causa à sua emissão já não mais subsiste.” (TJ-MG - AI: 10000160535043001 MG, Relator: Márcio Idalmo Santos Miranda, Data de Julgamento: 18/10/2016, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 25/10/2016 – grifo nosso) **“APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE PROMESSA COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. PRELIMINARES. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. DISPENSA DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. POSSIBILIDADE. DISTRATO. INCAPACIDADE FINANCEIRA DO PROMISSÁRIO COMPRADOR. DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS. RETENÇÃO DE VALORES. MODULAÇÃO. POSSIBILIDADE. REDUÇÃO PARA O CORRESPONDENTE A 10% DO VALOR PAGO PELO PROMISSÁRIO COMPRADOR. APLICAÇÃO DE PRINCÍPIOS CONTRATUAIS E CONSUMERISTAS. 1. O juiz é o destinatário final da prova, de modo que, tendo o magistrado recolhido elementos bastantes para elucidar a questão posta em juízo e considerando que a produção de prova oral apenas procrastinaria a solução para o litígio, não há que se falar em cerceamento de defesa, em decorrência do seu indeferimento. 2. Perfeitamente possível a ponderação do julgador sobre a real necessidade de se realizar audiência preliminar de conciliação, sobretudo, quando os elementos dos autos demonstram que sua realização apenas retardaria o andamento do feito, uma vez que, evidentemente, não se vislumbra a real possibilidade de se obter uma conciliação. 3. É admissível a extinção prematura de contrato de promessa de compra e venda de unidade imobiliária decorrente de distrato ocasionado pela incapacidade econômica superveniente do promissário comprador, que não mais reúne condições de arcar com o pagamento das prestações avençadas. 4.**

O distrato de promessa de compra e venda de imóvel decorre do exercício do direito de arrependimento insito ao negócio celebrado e permite ao promitente vendedor o direito de retenção de parte do valor pago, mesmo sem a previsão expressa de cláusula penal compensatória para tal hipótese de rescisão contratual. Aludida possibilidade decorre da aplicação da principiologia contratual que norteia as relações obrigacionais, em especial por efeito dos princípios da função social dos contratos, da boa-fé objetiva e do equilíbrio contratual das partes. 5. A retenção de percentual das prestações do preço do imóvel deve ser em montante suficiente para indenizar a promitente vendedora pelos prejuízos advindos do distrato, em especial as despesas administrativas com divulgação e comercialização do imóvel, e, ainda, o pagamento de tributos e taxas incidentes sobre o imóvel, além de eventual utilização do bem pelo comprador. 6. Em juízo de proporcionalidade, conclui-se que a retenção de 10% (dez por cento) do valor das prestações já pagas pela compra do imóvel não se mostra excessiva para o promissário comprador e nem ínfima para a promitente vendedora, atendendo, assim, aos reclamos do caso concreto. 7. Apelação conhecida, preliminares rejeitadas e, no mérito, não provida.” (TJ-DF 20160310113359 0011073-32.2016.8.07.0003, Relator: SIMONE LUCINDO, Data de Julgamento: 08/03/2017, 1ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 23/03/2017 . Pág.: 339/354 – grifo nosso) No mesmo sentido: “Não importa nulidade do processo a não realização da audiência de conciliação, uma vez que a norma contida no artigo 331 do CPC visa a dar maior agilidade ao processo e as partes podem transigir a qualquer momento.” (STJ-Bol. AASP 2167/1465) Contudo, não há falar em nulidade com dispensa da realização daquela audiência, vez que a qualquer momento as partes podem chegar a bom termo para pôr fim à demanda. Cite-se e intime-se a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 dias úteis. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Cumpra-se.

2. **DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO MANDADO/CARTA, PARA CUMPRIMENTO PELOS CORREIOS MEDIANTE CARTA ARMP.**

PARNAÍBA-PI, 10 de junho de 2019.

**HELIOMAR RIOS FERREIRA**

**Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de Parnaíba**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA**

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

E-mail: sec.1varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

**PROCESSO** **Nº:** 0800853-41.2019.8.18.0031  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO:** [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
**AUTOR(A):** MARIA DE FATIMA NASCIMENTO  
**RÉU(S):** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de PARNAÍBA, Dr. HELIOMAR RIOS FERREIRA para despacho/decisão/sentença.

O referido é verdade. Dou fé.

Parnaíba, 10 de junho de 2019.

**SIMONE LEITE DE SOUZA**  
**Analista Judicial**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA

Av. Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

E-mail: sec.1varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

---

**PROCESSO** N°: 0800853-41.2019.8.18.0031  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO:** [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
**AUTOR(A):** MARIA DE FATIMA NASCIMENTO  
**R É U ( S ) :** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

### AVISO DE INTIMAÇÃO

**DESPACHO/SENTENÇA DE ID 4831138:** Ante o exposto, **ACOLHO** os presentes aclaratórios para anular a sentença (ID n.º 4635943), por não estar prescrito o direito da **autora**. Determino, ainda, a prova pericial a ser realizado pelo IML de Parnaíba/PI, no dia 5 de junho de 2019, às 9h00min. Intimem-se e notifique-se o perito.

Parnaíba-PI, 10 de junho de 2019.

**SIMONE LEITE DE SOUZA**  
Analista Judicial





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA**

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP:  
64209-060

**PROCESSO Nº: 0800853-41.2019.8.18.0031**

**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]**

**AUTOR: MARIA DE FATIMA NASCIMENTO**

**RÉU: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A**

## **S E N T E N Ç A**

Vistos etc...

Tratam-se de **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** (ID n.º 4709490), em que se alega que a mesma ação foi ajuizada no Juizado Especial, Processo nº 1076547.2016.18.0081, no dia 25 de abril de 2016 e foi julgada no dia 13 de dezembro de 2018, a qual foi extinta sem julgamento do mérito, reconhecendo a necessidade da prova pericial alegada pelo **requerido** em contestação, desta forma não há que se falar em prescrição.

É o relatório.

Compulsando os autos, razão assiste ao embargante, haja vista que a presente ação fora proposta dentro do prazo prescricional previsto em lei para a demanda. Pois, mesmo a citação sendo ordenada por Juiz incompetente, o prazo prescricional deverá ser contado a partir do trânsito em julgado da sentença.

No presente caso, a ação foi extinta em 13 de dezembro de 2018 e a presente ação intentada em 2019.

A respeito,

**"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA DE CAUSA INTERRUPTIVA. AJUIZAMENTO DE AÇÃO NO JUIZADO ESPECIAL COM CITAÇÃO VÁLIDA. RETROAÇÃO À DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA REFERIDA AÇÃO. ART. 219, § 1º DO CPC/73 (ATUAL ART. 240, § 1º DO CPC/15) CUMULADO COM O ART. 202, § ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL. AÇÃO**

ANTERIOR TRANSITADA EM JULGADO EM 16.07.2015. NOVA AÇÃO AJUIZADA EM 06.12.2016, DENTRO DO PRAZO PRESCRICIONAL DE 3 ANOS. ART. 206, § 3º INCISO IX DO CÓDIGO CIVIL E SÚMULA 405 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRESCRIÇÃO NÃO EVIDENCIADA. APELO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. I - De acordo com o art. 219, § 1º, do CPC/73, atual art. 240, § 1º do CPC/15, a citação válida interrompe a prescrição, ainda quando ordenada por juiz incompetente, cuja interrupção retroage à data do trânsito em julgado da ação, nos moldes do art. 202, § único do Código Civil. II - Considerando anterior ajuizamento de ação perante o Juizado Especial Cível, que foi extinta sem julgamento de mérito e que transitou em julgado em 16.07.2015, este é o termo inicial do prazo prescricional. III - A presente ação foi intentada em 06.12.2016, ou seja, dentro do prazo de 3 anos da prescrição, restando afastado o referido fenômeno jurídico. IV - Recurso conhecido e provido. (Apelação Cível nº 201800809407, 2ª Câmara Cível do TJSE, Rel. Alberto Romeu Gouveia Leite, j. 14.06.2018).

Ante o exposto, **ACOLHO** os presentes aclaratórios para anular a sentença (ID n.º 4635943), por não estar prescrito o direito da **autora**.

Determino, ainda, a prova pericial a ser realizado pelo IML de Parnaíba/PI, no dia 5 de junho de 2019, às 9h00min.

Intimem-se e notifique-se o perito.

**PARNAÍBA-PI**, 15 de maio de 2019.

**HELIOMAR RIOS FERREIRA**  
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de Parnaíba



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA**  
Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060  
E-mail: sec.1varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

**PROCESSO** **Nº:** 0800853-41.2019.8.18.0031  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO:** [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
**AUTOR(A):** MARIA DE FATIMA NASCIMENTO  
**RÉU(S):** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

#### **CERTIDÃO**

Certifico que, em cumprimento ao Despacho de ID 4733961, a parte autora apresentou tempestivamente manifestação de ID 4781240.

O referido é verdade. Dou fé.

**SIMONE LEITE DE SOUZA**  
Analista Judicial

#### **CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de PARNAÍBA, Dr. HELIOMAR RIOS FERREIRA para despacho/decisão/sentença.

Parnaíba, 23 de abril de 2019.

**SIMONE LEITE DE SOUZA**  
Analista Judicial

Comprovante de Citação

Excelentíssimo Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba - Piauí

PROCESSO Nº 0800853-41.2019.8.18.0031

MARIA DE FÁTIMA NASCIMENTO, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seu procurador, em atenção ao último despacho, vem colacionar aos autos comprovante de CITAÇÃO VÁLIDA do processo nº 0010765-47.2016.8.18.0081.

Parnaíba, 15 de abril de 2019.

---

VILMAR OLIVEIRA FONTENELE

ADVOGADO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AR	
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
1. Citação Inicial-Processo nº 0010765-47.2016.818.0081			
ENT. Destinatário: CAPEMISA			
Logradouro: COELHO DE RESENDE nº 465			
Bairro: CENTRO, Cidade: TERESINA-PI			
CEP: 64.000-370PROJUDI (Processo Judicial Digital)			
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		UF PAÍS / PAYS	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION		<input type="checkbox"/> EMS	
RUBRICA E MAT. DO EMPREENHADOR / SIGNATURE DE L'AGENTE DE CORREIOS / Dist. / Colégio		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO		114 x 186 mm	

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA**

Av. Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

E-mail: sec.1varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

---

**PROCESSO** **Nº:** 0800853-41.2019.8.18.0031  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO:** [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
**AUTOR(A):** MARIA DE FATIMA NASCIMENTO  
**R É U ( S ) :** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

### **AVISO DE INTIMAÇÃO**

**DESPACHO DE ID 4733961:** Intime-se o autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, colacionar aos autos o comprovante de citação válido do processo de nº 0010765-47.2016.8.18.0081, visto que o referido movimento não está disponível para consulta pública.

Parnaíba-PI, 11 de abril de 2019.

**SIMONE LEITE DE SOUZA**  
Analista Judicial



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA**

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP:  
64209-060

**PROCESSO Nº: 0800853-41.2019.8.18.0031**

**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]**

**AUTOR: MARIA DE FATIMA NASCIMENTO**

**RÉU: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A**

## **DESPACHO**

R. H.

Intime-se o autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, colacionar aos autos o comprovante de citação válido do processo de nº 0010765-47.2016.8.18.0081, visto que o referido movimento não está disponível para consulta pública.

Diligências necessárias.

**PARNAÍBA-PI, 10 de abril de 2019.**

**HELIOMAR RIOS FERREIRA**

**Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de Parnaíba**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA**

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

E-mail: sec.1varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

**PROCESSO** **Nº:** 0800853-41.2019.8.18.0031  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO:** [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
**AUTOR(A):** MARIA DE FATIMA NASCIMENTO  
**RÉU(S):** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICO** que os Embargos de Declaração de ID. 4709490 foram apresentados tempestivamente.

O referido é verdade. Dou fé.

Parnaíba-PI, 9 de abril de 2019.

LUCAS CUNHA DOS SANTOS  
Analista Judicial da 1ª Vara da Comarca de Parnaíba

---

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE PARNAÍBA – PI

**Processo nº: 0800853-41.2019.8.18.0031**

MARIA DE FÁTIMA NASCIMENTO, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seu procurador, vem respeitosamente a Vossa Excelência APRESENTAR EMBARGOS DECLARATÓRIOS para esclarecer omissão apresentada na Sentença, bem fundamentada, mas que não observou que o prazo prescricional esteve suspenso

de 2016 a 2018 conforme CERTIDÃO DE TRIAGEM POSITIVA. ID 4599977.

Esta mesma ação foi ajuizada no Juizado Especial, Processo nº 1076547.2016.18.0081, no dia 25 de abril de 2016 e foi julgada no dia 13 de dezembro de 2018, onde o magistrado extinguiu o processo sem julgamento do mérito reconhecendo a necessidade da prova pericial alegada pelo requerido em contestação, desta forma não há que se falar em prescrição.

Diante do exposto a embargante, por intermédio de seu procurador, vem pedir o reconhecimento da tempestividade da demanda como medida de justiça.

Pede e espera deferimento.

Parnaíba, 08 de abril de 2019.

---

VILMAR OLIVEIRA FONTENELE

OAB/PI 5312



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

---

**PROCESSO** Nº: 0800853-41.2019.8.18.0031  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO:** [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
**AUTOR(A):** MARIA DE FATIMA NASCIMENTO  
**R É U ( S ) :** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

#### AVISO DE INTIMAÇÃO

**SENTENÇA DE ID 4635943:** "... Ante o exposto, **JULGO EXTINTO O PROCESSO** RESOLUÇÃO DO MERITO, em razão da prescrição, nos termos do art. 487, II, do CPC/15. Condeno a parte ré em custas e despesas processuais, os quais os suspendo por ser beneficiário da gratuidade da Justiça, em que que concedo no presente momento."

Parnaíba-PI, 2 de abril de 2019.

IARA FERNANDES PACHECO  
Analista Judicial da 1ª Vara da Comarca de Parnaíba



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA**

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP:  
64209-060

**PROCESSO Nº:** 0800853-41.2019.8.18.0031

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

**AUTOR:** MARIA DE FATIMA NASCIMENTO

**RÉU:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

## **S E N T E N Ç A**

Vistos etc...

Trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA** proposta por **MARIA DE FATIMA NASCIMENTO** em face de **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A**, ambos já devidamente qualificados no processo retro, onde se alega e requer o seguinte:

No dia 8 de junho de 2013, a requerente sofreu um acidente de trânsito que resultou em danos de natureza permanente. Ocorre que mesmo após intervenção cirúrgica de emergência, um longo período de reabilitação e fisioterapia, ainda restou sequelas que impossibilitam sua locomoção normal com persistência de dor quando realiza o mínimo de esforço.

Requeru administrativamente o seguro obrigatório DPVAT (sinistro no 2013738762), tendo recebido o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um e vinte e cinco centavos). Valor esse direcionado apenas para despesas de assistência médicas e suplementares.

Ao final, requereu a condenação da **requerida** ao pagamento da diferença do Seguro DPVAT a parte **autora**, no valor de R\$ 10.968,75 (dez mil novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), conforme previsto pela Lei n.º 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do acidente (08/06/2013) e juros de 1% ao mês, que na presente data importa em R\$ 25.643,76 (VINTE E

CINCO MIL E SEISCENTOS E QUARENTA E TRES REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS), bem como em DANOS MORAIS no valor de R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).

É o relatório.

DECIDO.

Em se cuidando de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), a prescrição não observa o prazo de vinte anos, mas o de três anos, nos termos do art. 206, 3º, IX, do atual Código Civil.

Em seus ensinamentos José de Aguiar Dias entende que o seguro em comento, se trata de espécie do gênero seguro de responsabilidade civil, cuja definição, adaptada daquela noção preliminar, pode ser dada como: **contrato em virtude do qual, mediante o prêmio ou prêmios estipulados, o segurador garante ao segurado o pagamento da indenização que porventura lhe seja imposta com base em fato que acarrete sua obrigação de reparar o dano. O Código Civil de 2002 a ele se refere expressamente, dizendo o art. 787 que, no seguro de responsabilidade civil, o segurador garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiro.**

**O seguro de responsabilidade se distingue dos outros seguros de dano porque garante uma obrigação, ao passo que os últimos garantem direitos; ele surge como consequência do ressarcimento de uma dívida de responsabilidade, a cargo do segurado; os demais nascem da lesão ou perda de um direito de propriedade (seguro do prédio contra incêndio, do navio contra a fortuna do mar, das mercadorias transportadas), de um direito real (seguro do prédio gravado pelo credor hipotecário) ou simples direito de crédito (seguro da mercadoria transportada pelo transportador que quer o preço do transporte).** (Da responsabilidade civil. 11ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, pp. 1.124 e 1.132)

Em decisão unânime, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça aprovou mais uma súmula. O verbete de nº 405 trata do prazo para entrar com ação judicial cobrando o DPVAT. A nova súmula recebeu a seguinte redação: **A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos.**

Ilustra o Ministro Luis Felipe Salomão (**REsp 1071861/SP**) em seu voto que, sobre a distinção entre seguro de dano e seguro de responsabilidade, vale conferir a lição de RUI STOCO: O denominado seguro de responsabilidade civil, segundo Munir Karam a principal carteira do mercado segurador, é uma subespécie do seguro de danos: **"o segurador garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo a terceiros (...). É, aliás, o que dispõe o art. 786 do CC. Observou o ilustre professor e destacado magistrado do Estado do Paraná que essa modalidade não se confunde com o chamado seguro de carros contra furto, roubo, danos materiais e incêndio. Este protege determinado bem do segurado; aquele se limita a ressarcir-lo da obrigação de indenizar por danos causados a terceiros. (...) Tem as características e atributos de um contrato condicional e aleatório e, essencialmente, de contrato de garantia, mas que se distingue de outras convenções de garantia, seja no seu objeto, seja no que pertine à contraprestação estipulada."** (*In*. Tratado de Responsabilidade Civil: doutrina e jurisprudência. 7ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2007, p. 703) esse carácter, gravado pela ideia de culpa, é inteiramente

estranho ao Seguro DPVAT. Para se receber a indenização, não se perquire de quem foi a culpa, sequer se o proprietário do veículo havia ou não pago o prêmio do seguro (Súmula 257/STJ). Dispensa-se até mesmo a identificação do veículo.

Vale dizer, enquanto os seguros de responsabilidade civil em geral têm como finalidade a salvaguarda do segurado, o "DPVAT" tem como destinatário a vítima do acidente, de sorte que não é temerário afirmar que os seguros de responsabilidade civil são contratados para o segurado, e o "Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres" - "DPVAT" - é contratado para a vítima .

"EMENTA : CIVIL E PROCESSUAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE (DPVAT). LEGITIMIDADE PASSIVA DE QUALQUER DAS SEGURADORAS. LEI N.º 6.194/74. EXEGESE. DIREITO EXISTENTE MESMO ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO PROCEDIDA PELA LEI N.º 8.441/92. I. O Seguro Obrigatório de responsabilidade civil de veículos automotores é exigido por lei em favor das vítimas dos acidentes, que são suas beneficiárias, de sorte que independentemente do pagamento do prêmio pelos proprietários, devida a cobertura indenizatória por qualquer das seguradoras participantes. II. Interpretação que se faz da Lei n.º 6.194/74, mesmo antes da sua alteração pela Lei n.º 8.441/92, que veio apenas tornar mais explícita obrigação que já se extraía do texto primitivo. III. Recurso especial conhecido e provido." (REsp 595.105/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2005, DJ 26/09/2005 p. 382);

"EMENTA : CIVIL. CONTRATO DE SEGURO. AÇÃO DIRETA MOVIDA POR VÍTIMA CONTRA A SEGURADORA SEM A PRESENÇA DO SEGURADO NA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. I. Diversamente do DPVAT, o seguro voluntário é contratado em favor do segurado, não de terceiro, de sorte que sem a sua presença concomitante no pólo passivo da lide, não se afigura possível a demanda intentada diretamente pela vítima contra a seguradora. II. A condenação da seguradora somente surgirá se comprovado que o segurado agiu com culpa ou dolo no acidente, daí a necessidade de integração do contratante, sob pena, inclusive, de cerceamento de defesa. III. Recurso especial não conhecido. (REsp 256.424/SE, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, Rel. p/ Acórdão Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 29/11/2005, DJ 07/08/2006 p. 225).

Eis a ementa do referido julgamento do STJ:

"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO DPVAT. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ. NECESSIDADE DE LAUDO MÉDICO. **1. Para fins do art. 543 do CPC: 1.1. O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez. 1.2. Exceto nos casos de invalidez permanente notória, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez depende de laudo médico, sendo relativa a presunção de ciência.** 2. Caso concreto: Inocorrência de prescrição, não obstante a apresentação de laudo elaborado quatro anos após o acidente. 3. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO." (Grifei)

No caso dos autos, a **autora** foi vítima de acidente trânsito em 23/08/2013 e ajuizou a presente ação em 27/03/2019 para pleitear a indenização referente ao Seguro DPVAT, tendo a ciência da lesão em 05/05/2015, conforme Laudo para BPA Individualizado (ID n.º 4563737).

Sendo assim, no caso em exame, verifica-se que a ciência inequívoca da invalidez adveio com a realização do laudo em 05/05/2015, restando prescindível a comprovação de que a vítima teve debilidade residual à movimentação do membro esquerdo.

Portanto, ocorreu a prescrição da pretensão do direito à indenização, vez que da data em que tomou ciência da sua lesão para a data da propositura da demanda decorreu o prazo trienal.

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MERITO**, em razão da prescrição, nos termos do art. 487, II, do CPC/15.

Condeno a parte ré em custas e despesas processuais, os quais os suspendo por ser beneficiário da gratuidade da Justiça, em que concedo no presente momento.

Transitado em julgado, arquivem-se.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

**PARNAÍBA-PI**, 30 de março de 2019.

**HELIOMAR RIOS FERREIRA**

**Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de Parnaíba**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA**  
Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060  
E-mail: sec.1varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

**PROCESSO** **Nº:** 0800853-41.2019.8.18.0031  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO:** [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
**AUTOR(A):** MARIA DE FATIMA NASCIMENTO  
**RÉU(S):** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

### **CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de PARNAÍBA, Dr. HELIOMAR RIOS FERREIRA para despacho/decisão/sentença.

O referido é verdade. Dou fé.

Parnaíba, 27 de março de 2019.

SIMONE LEITE DE SOUZA  
Analista Judicial



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

E-mail: sec.1varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

**PROCESSO** N°: 0800853-41.2019.8.18.0031  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO:** [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
**AUTOR(A):** MARIA DE FATIMA NASCIMENTO  
**RÉU(S):** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

### **CERTIDÃO DE TRIAGEM POSITIVA**

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei que:

I – A classe processual está correta, bem como a vinculação dos assuntos pertinentes à demanda;

II – Todas as partes e advogados da parte autora estão devidamente cadastrados, bem como a qualificação constante na inicial e os documentos estão convergentes;

III – Há pedido de gratuidade de justiça na inicial e no sistema;

IV – Há instrumento de mandato anexado no processo;

V – Não há comprovante de pagamento de custas em face do pedido de gratuidade judiciária;

VI – Foram indicados os requisitos da petição inicial;

VII – Foi ajuizada demanda similar a esta no J.E. Cível - Anexo II (NASSAU) EM 2016, Processo nº 0010765-47.2016.8.18.0081, o qual se encontra extinto sem resolução do mérito.

Era o que cumpria certificar. O referido é verdade. Dou fé.

Parnaíba, 27 de março de 2019.

**SIMONE LEITE DE SOUZA**  
Analista Judicial

Petição Inicial

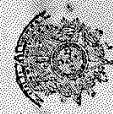
# A CARTEIRA PROFISSIONAL

Por menos que pareça e por mais trabalho que devesse, a carteira profissional é um documento indispensável à proteção do trabalhador.

Elemento de qualificação civil e de habilitação profissional, a carteira representa também título originário para a colocação, para a inscrição sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho.

A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examinar, logo verá se o portador é um temperamento agitado ou versátil, se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.

(a) Alexandre Marcondes Filho



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

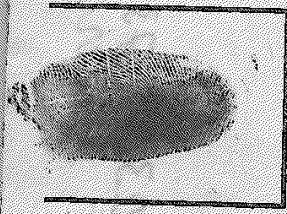


Série 393

Número 02219



Fotografia Direita



Assinatura do portador: Maria de Sakima da Ascensão





10 CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: TROPICAL DE ALIMENTOS LTDA

Rua: PRESIDENTE VARGAS Nº 84

Município: PERNAMBUCO Est. PIAUÍ

Esp. do estabelecimento: INDUSTRIAL

Cargo: OPERÁRIO

C.B.O. nº

Data admissão: 26 de JUNHO de 1979

Registro nº: 1154 Fis/Ficha

Remuneração especificada: 6,85 PLACIA

P.P. Tropical de Alimentos Ltda

Ass. do empregador ou a todo o test.

1º

2º

Data saída: 03 de JULHO de 1979

P.P. Tropical de Alimentos Ltda

Ass. do empregado ou a todo o test.

1º

2º

11 CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

C.B.O. nº

Data admissão de 19

Registro nº Fis/Ficha

Remuneração especificada

Ass. do empregador ou a todo o test.

1º

2º

Data saída de 19

Ass. do empregado ou a todo o test.

1º

2º

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

CAIXA

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

SAC 0800 726 0101  
OUVIDORIA 0800 725 7474

070-896518011-0

11/MAR/2019

HORA DE 12:58:54

OT. 16.014530-9  
LOCALIDADE: PARNAIBA  
AG. VINCULADA: 0030

TERM 061469

CONTROLE: 707653644

COMPROVANTE DE SAQUE  
CAIXA

VALOR: 672,00

ESTE RECIBO É VÁLIDO COMO  
COMPROVANTE DE SAQUE

506722505080XXXX

070-896518011-0

2ª VIA

CAIXA

Loterias CAIXA

Loteria

Este recibo é individual e em caso de eventual premiação não é permitida sua divisão a mais de um beneficiário.  
SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, sugestões, reclamações e elogios). Deliberação ouvidoria ou de fôlha: 0800 726 2492. Cidades: 0800 726 0207. Ouvidoria: 0800 726 7474.  
Informações não solucionadas e demais) ou www.caixa.gov.br

COMPANHIA  
Av. Maracanã  
CNPJ: 06.940.070/0001-91  
Nota Fiscal nº  
Regime especial

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
Este recibo é um título ao portador para JORNAL PESSOAL E INTRANSFERIVEL, PREENCHA SEUS DADOS.  
Bilhetes em nome de vendas autorizadas pela CAIXA.  
sorteio do concurso. Para sua segurança, somente adquira para receber o prêmio e de 90 dias, a partir da data de Confira os dados contidos no recibo de oposto. O prazo para o recebimento e receber eventuais prêmios de loterias é de 90 dias.

JUNHO/2018 03/07/2018 197 241,12

MARIA DE FATIMA NASCIMENTO  
R. JOSE MENDES MOURAO 120 120 SAO VICENTE DE PAULA  
CPF: 002318274625315  
CEP: 54.000-000 - PARNAIBA

Atual:	4033	Anterior:	3836	Consumo Medido:	197	Consumo Faturado:	197	FCAM
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	27/07/2018	Emissão:	25/06/2018	Apresentação:	26/06/2018	
NORMAL				32				

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fst.	Média 12 meses	
RESIDENCIAL	MONO	A1914611		1 1 1 1	290	
RESUMO DO CONSUMO						
Mês/ano consumo	CONSUMO 197 A R\$ 0,812682				160,09	
MAR/13	163	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)				21.15
ABR/13	163	CORRECAO MONETARIA IG 05/18-00				0,09
MAR/13	203	MULTA POR ATRASO 05/18-00				2.62
FEV/13	240	PARCELAMENTO DE FEITOS 1/6				57,00
JAN/13	323	JURAS DE MORA DE IMPO 05/18-00				0,17
DEZ/17	294	ADICIONAL BANDEIRA AMARELA -				0,36
NOV/17	384	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA -				7,39
OUT/17	334					
SET/17	327					
AGO/17	363					
TARIFAS DE TRIBUTOS:						
0 4 97 - 1.505.590						

LIGUE 0800 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25  
Parabéns! Até o dia 25/06/2018, não constatamos faturas vencidas nessa ligação. Constatada.

RESERVADO AO FISCO 647D.ADB0.5889.F364.4301.682C.0D4C.5056

EDMOS (CÁLCULO DE FISCOS)		IMPÓSITOS (CÁLCULO DE FISCOS)	
Distribuição:	33,55	Base do Cálculo:	160,09
Energia:	63,80	Alíquota ICMS:	22,00%
Transmissão:	10,00	Valor do ICMS:	35,21
Encargos:	10,16	Valor do PIS:	1,31
Tributos:	42,55	Valor do COFINS:	6,03

RESUMO DO CONSUMO									
Mês/ano consumo	CONSUMO 197 A R\$ 0,812682								
MAR/13	163	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)							
ABR/13	163	CORRECAO MONETARIA IG 05/18-00							
MAR/13	203	MULTA POR ATRASO 05/18-00							
FEV/13	240	PARCELAMENTO DE FEITOS 1/6							
JAN/13	323	JURAS DE MORA DE IMPO 05/18-00							
DEZ/17	294	ADICIONAL BANDEIRA AMARELA -							
NOV/17	384	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA -							
OUT/17	334								
SET/17	327								
AGO/17	363								
TARIFAS DE TRIBUTOS:									
0 4 97 - 1.505.590									





**VILMAR FONTENELE**  
**ADVOCAIA**

Av. Senador Furtado, 788, Nova Parnaíba – Parnaíba/PI

[vilmarfontenele@hotmail.com.br](mailto:vilmarfontenele@hotmail.com.br) / Telefone – (86) 3322 4725 - 9414 5672 - 9936 7011

---

### DECLARAÇÃO

MARIA DE FÁTIMA NASCIMENTO, brasileira, solteira, do lar, aposentada, R.G de número 691.445 SSP/PI, CPF de número 182.746.253-15, residente e domiciliada na Rua José Mendes Mourão, 120, Bairro São Vicente de Paula, CEP 64.200.000, Parnaíba, no Estado do Piauí, Declara sob as penas da lei que é pobre, não dispondo de recursos para custear as despesas processuais sem o sacrifício dos seus sustentos e de sua família.

Parnaíba, 21 de março de 2019.

Maria de Fátima Nascimento  
MARIA DE FÁTIMA NASCIMENTO  
CPF de nº 182.746.253-15

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO TITULAR DO  
JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA – PI

**MARIA DE FÁTIMA NASCIMENTO**, brasileira, solteira, do lar, R.G de número 691.445 SSP/PI, CPF de número 182.746.253-15, residente e domiciliada na Rua José Mendes Mourão, 120, Bairro São Vicente de Paula, CEP 64.200.000, Parnaíba – Piauí, por intermédio de seus procuradores, procuração anexa, vem perante Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO –  
DPVAT**

Em face de **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A**, CNPJ: 08.602.745/0001-32, com sede na Rua são clemente nº 38 7º andar – botafogo. Cidade: Rio de Janeiro – RJ, cep: 22260900. Pelos fatos e direito a seguir aduzidos:

**FATOS:**

No dia 8 de junho de 2013, a requerente sofreu um acidente de trânsito que resultou em danos de natureza permanente. Ocorre que mesmo após intervenção cirúrgica de emergência, um longo período de reabilitação e fisioterapia, ainda restou sequelas que impossibilitam sua locomoção normal com persistência de dor quando realiza o mínimo de esforço, conforme documentação inclusa.

Requeru administrativamente o seguro obrigatório DPVAT (sinistro nº 2013738762), tendo recebido o valor de R\$ 2.531,25(dois mil quinhentos e trinta e um e vinte e cinco centavos). Valor esse direcionado apenas para despesas de assistência médicas e suplementares.

A requerente padece de INVALIDEZ PERMANENTE e faz jus receber o SEGURO equivalente. Vale ressaltar que o caso clínico em questão resultou em danos permanentes, sendo o valor arbitrado abaixo do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais.) valor o qual a requerente faz jus.

### **DIREITO:**

Fica comprovado perante documentação médica à invalidez, pelos os danos na bacia que resultam em impossibilidade de se locomover sem auxílio e problemas no trato urinário, resultantes unicamente do acidente de trânsito. Sendo de direito a indenização no valor referente à natureza de sua lesão e as consequências para o andamento de sua vida normal, sendo por lei no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que deve ser realizado a requerente. Conforme o previsto na Lei 6.194/74, vide artigos abaixo:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

...

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

**Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada na jurisprudência:**

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. [DPVAT](#).  
INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR**

**CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1.** Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º [1/75](#) de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º [6.194/74](#), de hierarquia superior. **2.** A percepção dos valores referentes ao seguro [DPVAT](#) na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. **3.** A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. **4.** Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009)

O estado físico e de saúde da requerente se enquadra como dano de natureza permanente TOTAL. Conforme comprovado por exames médicos e percebidos diante de toda mudança na dinâmica de sua vida social, devido às restrições que passou a se submeter após o acidente.

**PEDIDOS:**

**Diante do exposto requer-se:**

- a) ) A citação da requerida no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto ao fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final.
- b) A condenação da Requerida ao pagamento da diferença do Seguro [DPVAT](#) a parte Autora, no valor de R\$10.968,75 ( dez mil novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação
- c) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação caso recorra.
- d) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente, a prova testemunhal, prova documental e perícia médica
- e) A concessão do benefício de Gratuidade de Justiça, nos moldes do art. [4º](#), da lei nº [1.060](#)/50, vez que a autora é pobre na forma da Lei conforme Declaração em anexo.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidas em direitos, depoimentos pessoais, provas documentais, testemunhas e as quais forem necessárias para comprovar as alegações.

Dá-se à causa o valor de R\$ 10.968,75 (dez mil novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

Parnaíba, 22 de abril de 2016.

Vilmar Oliveira Fontenele  
OAB/PI 5312

Beatriz Sousa Fontenele  
OAB/PI 13920









Sistema Único de Saúde  
Ministério da Saúde

## LAUDO PARA BPA INDIVIDUALIZADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (SOLICITANTE)

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE

2 - CNES

### IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

4 - NOME DO PACIENTE

MARIA DE FÁTIMA NASCIMENTO

3 - Nº DO PRONTUÁRIO

5 - DATA DE NASCIMENTO

21.05.55

6 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

7 - CPF DO PACIENTE

8 - NOME DA MÃE

MARIA DO SOCORRO DOS REIS

9 - TELEFONE DE CONTATO

10 - NOME DO RESPONSÁVEL

11 - TELEFONE DE CONTATO

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

RUA JOSE MENDES MOURÃO - 120

13 - SEXO

MASC ☐

FEM. ☒

14 - RAÇA / COR

15 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

PARNAÍBA

16 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

17 - UF

18 - CEP

### PROCEDIMENTO SOLICITADO (PRINCIPAL)

19 - CÓDIGO PROCEDIMENTO

20 - NOME DO PROCEDIMENTO

Reservação de Nucleo de Fisioterapia

21 - QTDE.

### JUSTIFICATIVA DO(S) PROCEDIMENTO(S) SOLICITADO(S)

22 - DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO

23 - CID 10 PRINCIPAL

N. 53

24 - CID 10 SECUNDÁRIO

25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

26 - OBSERVAÇÕES

Paciente com lesão neurológica por acidente com vias urinais e lesão de bacia e vias urinárias com perda consciente de urina. Paciente com incontinência urinária por lesão neurológica.

### SOLICITAÇÃO

27 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

Cláudia de Jesus Silva

28 - DATA DA SOLICITAÇÃO

05/07/2015

29 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)

Assinatura e Carimbo do Profissional Solicitante

30 - DOCUMENTO

( ) CNS ( ) CPF

31 - Nº DOCUMENTO (CNS) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

404.392.263-68

### AUTORIZAÇÃO

32 - CBO

33 - CNS DO PROFISSIONAL AUTORIZAÇÃO

34 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

35 - Cód. Órgão Emissor

37 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)





**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

## CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS

NOME		CTPS/IDENT.	CPF	PIS/PASEP	NUM. BENEFÍCIO
MARIA DE FATIMA DO NASCIMENTO		0002219/00393	18274625315	1113253062-2	6174868285
ÚLTIMO EMPREGADOR		CGC	CERTIFICADO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1o. DO ART. 4o. , LEI COMPLEMENTAR No. 26 DE 11/02/75, LEI No. 6.858 DE 24/11/80 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1o. DO DECRETO No. 85.845 DE 26/03/81, QUE FOI CONCEDIDA A  <b>APOSENTADORIA P/ INVALIDEZ</b>  <b>REQUERIDA EM 07/12/2016</b> <b>INICIO BENEF. 07/12/2016</b>  LOCAL E DATA <b>PARNATIBA</b> <b>PI</b> 14/02/2017 <b>OL</b> 16.0.01.050		
DEPENDENTE	VÍNCULO	DATA NASC.			

ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A:

- a) PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
- b) PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
- c) FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
- d) QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DECORRÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO.
- e) RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.
- f) SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUPANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO, DE ACORDO COM LIMITES PREVISTOS EM LEI E DESDE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO.

Leonardo de Melo Gadelha  
Presidente do INSS

Impresso pela Dataprev

FORM: CON53A

CORTE AQUI



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

## CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS

NOME		CTPS/IDENT.	CPF	PIS/PASEP	NUM. BENEFÍCIO
MARIA DE FATIMA DO NASCIMENTO		0002219/00393	18274625315	1113253062-2	6174868285
ÚLTIMO EMPREGADOR		CGC	CERTIFICADO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1o. DO ART. 4o. , LEI COMPLEMENTAR No. 26 DE 11/02/75, LEI No. 6.858 DE 24/11/80 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1o. DO DECRETO No. 85.845 DE 26/03/81, QUE FOI CONCEDIDA A  <b>APOSENTADORIA P/ INVALIDEZ</b>  <b>REQUERIDA EM 07/12/2016</b> <b>INICIO BENEF. 07/12/2016</b>  LOCAL E DATA <b>PARNATIBA</b> <b>PI</b> 14/02/2017 <b>OL</b> 16.0.01.050		
DEPENDENTE	VÍNCULO	DATA NASC.			

ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A:

- a) PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
- b) PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
- c) FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
- d) QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DECORRÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO.
- e) RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.
- f) SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUPANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO, DE ACORDO COM LIMITES PREVISTOS EM LEI E DESDE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO.

Leonardo de Melo Gadelha  
Presidente do INSS

Impresso pela Dataprev

FORM: CON53A



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**CARTA DE CONCESSÃO / MEMÓRIA DE CÁLCULO**

SEQ: 126603

DATA: 14/02/2017

NOME	OL	NB
MARIA DE FATIMA DO NASCIMENTO (NIT: 1113253062-2)	16.001.050	617.486.828-5

COMUNICAMOS QUE LHE FOI CONCEDIDO APOSENTADORIA POR INVALIDEZ (32)  
617.486.828-5 REQUERIDO EM 07/12/2016 COM RENDA MENSAL DE R\$ 880,00 CALCULADA CONFORME ABAIXO,  
COM INÍCIO DE VIGÊNCIA A PARTIR DE 07/12/2016

CASO NÃO TENHA FEITO OPÇÃO PELO CRÉDITO EM CONTA CORRENTE OU POUPANÇA, COMPAREÇA A PARTIR DE 03/03/2017 NA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA INDICADA ABAIXO, MUNIDO, OBRIGATORIAMENTE, DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO APRESENTADO NO ATO DO REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO, OS CRÉDITOS SUBSEQUENTES SERÃO EFETUADOS NO 3 DIA ÚTIL DE CADA MÊS.

ORGÃO PAGADOR/AGÊNCIA BANCÁRIA:  
221958 - BRADESCO - FARNATIBA  
AV. PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 403 CENTRO  
VIA SEGURADO

Leonardo de Melo Gadelha  
Presidente do INSS

---

CÁLCULO DE BENEFÍCIOS SEGUNDO A LEI 9876, DE 29/11/1999  
(ATIVIDADE PRINCIPAL)

DATA	SALARIO	INDICE	SAL.CORR	DATA	SALARIO	INDICE	SAL.CORR	DATA	SALARIO	INDICE	SAL.CORR
01/2014	678,00	1,0219	692,84	01/2015	692,84	1,0623	736,00	01/2016	736,00	1,1128	819,02

OBS: CONCESSÃO COM BASE NO BENEFÍCIO ANTERIOR  
NÚMERO DE DEPENDENTES : 00  
TEMPO DE SERVIÇO : 04 GRUPOS DE 12 CONTRIBUIÇÕES  
NÚMERO DO BENEFÍCIO ANTERIOR : 602.564.026.6  
VALOR DO SB ANTERIOR : 678,00  
DIB ANTERIOR : 00/00/0000  
ESPECIE ANTERIOR : 00  
VALOR DO SB CORRIGIDO : 880,00  
RENDA MENSAL INICIAL (EM: R\$ ) ( 0,00 X 1,000) 880,00

---

\*\*\* NÃO HOUVE GERAÇÃO DE CRÉDITOS ATRASADOS DE ANO ANTERIOR \*\*\*

---

DISCRIMINATIVO DE CRÉDITOS DE ATRASADOS (VALORES EXPRESSOS EM REAL)

---

DATAS: REGUL.DOCUMENTAÇÃO 07/12/2016 INÍCIO PAGAMENTO 07/12/2016

DATA	REND.MENSAL	704,00	CORR.MONET.	2,95	COMPL.NEG.	706,95	LIQUIDO	0,00
01/2017	REND.MENSAL	937,90	COMPL.NEG.	937,90			LIQUIDO	0,00



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

## CARTA DE CONCESSÃO / MEMÓRIA DE CÁLCULO

TOTAL BRUTO	1.644,85	DESCONTO	1.644,85	LIQUIDO	0,00
DISCRIMINATIVO DE CREDITOS DO MES					
02/2017 REND.MENSAL	937,90	AD ARRED CRE	0,65	COMPL.NEG.	878,55
TOTAL BRUTO	938,55	DESCONTO	878,55	LIQUIDO	60,00

OBS: E DE 10 (DEZ) ANOS O PRAZO PARA REVISAO DO ATO DE CONCESSAO, CONFORME LEI 8213/91 ART 103.

(\*) Renda Mensal proporcional ao periodo de 07/12/2016 a 31/12/2016  
AS aposentadorias por idade, tempo de contribuicao e especial concedidas pela Previdencia Social, sao irreversiveis e irrenunciaveis, apos o saque do primeiro pagamento ou do PIS, PASEP ou FGTS.  
Base legal- redacao introduzida pelo Decreto 6208/07 no Art 181-B do decreto 3048/99.

A Previdencia Social informa que o(a) segurado (a) aposentado(a) por invalidez que retornar voluntariamente a atividade tera sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno, de acordo com o art. 46 da Lei n. 8.213/91.

Prezado beneficiario,

O pagamento dos beneficios previdenciarios e assistenciais e realizado por intermedio de instituicoes financeiras contratadas pelo INSS.

Estas instituicoes financeiras devem garantir:

- O pagamento do beneficio conforme a data designada na Tabela de Pagamento de Beneficio, estabelecida pela Previdencia Social;
  - O pagamento do beneficio pelo banco e agencia designados pelo INSS e, a utilizacao de cartao magnetico, em qualquer agencia ou terminal de autoatendimento;
  - O Pagamento em local adequado, sem fila externa, nem fila com tempo de espera superior a trinta minutos ou de acordo com a legislacao local vigente;
  - A opcao de receber o beneficio por meio de cartao magnetico, gratuitamente, sem necessidade da abertura de conta na instituicao bancaria designada ou por conta corrente, quando ja possuir e desde que seja um dos titulares. A emissao do primeiro cartao para saque do beneficio por meio magnetico tambem e gratuita;
  - Uma transferencia mensal de valores, entre conta corrente / poupanca, gratuitamente, por meio da utilizacao do Documento de Ordem de Credito - DOC ou Transferencia Eletronica Disponivel - TED, para o banco de sua escolha, desde que possua conta corrente no banco que recebe o beneficio, de mesma titularidade e que a transferencia seja no valor total do beneficio;
  - A emissao de cartao com a identificacao de que voce e um beneficiario da Previdencia Social, caso o seu pagamento seja na modalidade de credito em conta / poupanca. Esse cartao e opcional e a 1a via gratuita;
  - A disponibilizacao do Demonstrativo de Credito do Beneficio - informe-se no banco pagador do beneficio sobre a disponibilidade deste servico;
  - A disponibilizacao do Extrato Anual de Pagamento de Beneficios e da Declaracao de Rendimentos para fins de Imposto de Renda, se for o caso;
  - O envio anual ao INSS, da comprovacao de vida do beneficiario e a alteracao de endereco, quando houver;
- Caso essas regras nao sejam observadas pelos bancos, voce pode registrar reclamacao na Ouvidoria-Geral da Previdencia Social, pelo telefone 135.



**VILMAR FONTENELE**  
**ADVOCACIA**

Av. Senador Furtado, 788, Nova Parnaíba – Parnaíba/PI  
[vilmarfontenele@hotmail.com.br](mailto:vilmarfontenele@hotmail.com.br) / Telefone – (86) 3322 4725 - 9414 5672 - 9936 7011.

**PROCURAÇÃO AD JUDICIA**

**OUTORGANTE:**

**MARIA DE FÁTIMA NASCIMENTO**, brasileira, casado, aposentada, com Cadastro de Pessoa Física sob número 182.746.253-15, e Registro Geral sob número 691.445 SSP/DF, residente na Rua José Mendes Mourão, 120, Bairro São Vicente de Paula, telefone (86) 99408-8917, Parnaíba – Estado do Piauí.

**OUTORGADOS:**

**VILMAR OLIVEIRA FONTENELE**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Piauí, sob o nº 5.312, inscrito no CNPF/MF sob o nº 227.487.333-04, RG nº 623.629 SSP/PI, e **BEATRIZ SOUSA FONTENELE** brasileira, solteira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Piauí, sob o nº 13.920, inscrito no CNPF/MF sob o nº 024.176.533-11, RG nº 5.040.005 SSP/PI com escritório sito na cidade e comarca de Parnaíba-Pi, na Avenida Senador Furtado, 788, Nova Parnaíba, CEP 64.218-660, [vilmarfontenele@hotmail.com](mailto:vilmarfontenele@hotmail.com), telefone – (86) 3322 4725, a quem conferem amplos poderes, especialmente os de cláusula *ad judicia* et Extra e os especiais de confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o que se funda a ação e mais poderes para acompanhamento, podendo produzir provas, fazer alegações, interpor e arrazoar recursos, receber intimações e notificações, praticando todos e quaisquer atos necessários ao fiel desempenho do presente mandato, assegurando a ampla e irrestrita defesa, podendo substabelecer, sem ou com reserva de iguais poderes, e praticar, finalmente, todos os atos necessários e em direito permitido ao fiel cumprimento deste mandato.

Parnaíba, 12 de março de 2019.

*Maria de Fátima Nascimento*  
Maria de Fátima Nascimento  
CPF de Nº 182.176.253-15

Paciente MARIA DE FATIMA DO NASCIMENTO  
Médico Dr.(a) \*\*\*  
Data 03/11/2014  
Convênio PARTICULAR

Sexo Feminino

Ident. 183694

Idade 59a, 7m, 13d

## RADIOGRAFIA DIGITAL DA BACIA

### LAUDO:

Exame realizado em 01 incidência. ✓

Estrutura óssea conservada. ✓

Áreas focais de osteotomia para fixação metálica prévia em ambos os ilíacos. ✓

Fratura consolidada no ramo isquio-pubiano direito. ✓

Disjunção da sínfise púbica. ✓

Assimetria dos espaços articulares coxo-femorais.

Irregularidades corticais nos tubérculos maior e menor de ambos os fêmures.

Demais superfícies e espaços articulares íntegros.

Partes moles sem alterações.

### COMENTÁRIOS:

Áreas focais de osteotomia para fixação metálica prévia em ambos os ilíacos. ✓

Fratura consolidada no ramo isquio-pubiano direito. ✓

Disjunção da sínfise púbica. ✓

Artrose coxo-femoral bilateral. ✓

Irregularidades corticais nos tubérculos maior e menor de ambos os fêmures, sugerindo entesopatia insercional. ✓

### Obs.:

Exame com certificação digital apresentando imagens armazenadas em banco de dados da clínica podendo-se imprimi-las novamente em caso de perda ou dano à impressão.



DR. CARLOS EDUARDO RAMALHO BARROS  
C.R.M. 2915 - C.B.R. 2790

Novidade: Tomografia multi-slice 16 canais.

Avenida Chagas Rodrigues, 596 - Centro - Parnaíba - PI - Cep: 64.200-490 - Fone: (86) 3321-1001  
Email: cediagnostico@hotmail.com

[nova consulta](#)**SINISTRO 2013738762 - Resultado de consulta por beneficiário**

VÍTIMA MARIA DE FATIMA NASCIMENTO

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

ENDEREÇO Rua Visconde do Rio Branco, 667 - Ed. Barreto de Alencar, Mercês, Curitiba - 18, CEP: 80410-000

BENEFICIÁRIO MARIA DE FATIMA NASCIMENTO

CPF/CNPJ: 18274625315

Posição em 28-05-2015 11:25:19

Indenização creditada em 29/01/2014, no valor de R\$ 2.531,25, em banco e conta de titularidade do beneficiário, conforme autorização de pagamento assinado pelo mesmo.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
29/01/2014	R\$ 2.531,25	R\$ 0,00	R\$ 2.531,25

28/05/2015

OpSeg

Número do Sinistro 2013/738762 (TOTAL)

Vítima	MARIA DE FATIMA NASCIMENTO	Filial	MATRIZ - CURITIBA
Data Cadastro	13/11/2013	Garantia	INVALIDEZ
Data Sinistro	06/06/2013	Data Receção	13/11/2013
Analista	GUILHERME	Categoria	09 - MOTO
Seguradora	Capenisa Vida e Previdência	Situação	DOC.COMPLEM.ENC. LIDER

**CORRETORA**

Nome	SEBASTIAO NOURA DAS CHAGAS - PARNAIBA	Responsável	aives conceição / NETLA
------	---------------------------------------	-------------	-------------------------

**PROCURADOR**

Nome		Email	
Telefone		CPF	
Celular			

**ENVIO À SEGURADORA LÍDER**

Data Envio	Nome Carta
18/11/2013	RECALL
15/01/2014	RECALL
28/02/2014	RECALL

**BENEFICIÁRIOS / PAGAMENTOS**

Data Pedido	Data Recção	Beneficiário - CPF/CNPJ	Valor Indenização	Valor Pto. Ctda	Diferença	Dados Bancários
29/01/2014	29/01/2014	MARIA DE FATIMA NASCIMENTO 182.746.253-15	2.531,25	0,00	2.531,25	104/00030_0000001233411
		MARIA DE FATIMA NASCIMENTO 182.746.253-15	0,00	0,00	0,00	

**DOCUMENTOS**

Data Solicitação	Data Recção	Descrição
18/11/2013		Processo Encaminhado para Seguradora Líder.
28/11/2013		Informamos que deverá ser apresentado um aditamento ao Boletim de Ocorrência Policial informando o nome do proprietário do veículo conduzido pela vítima na data do acidente. Caso seja a própria vítima, deverá ser apresentado também cópia do DUT do exercício devidamente quitado até a data de vencimento.
	13/01/2014	RECEBIDO B.O e dut - DOC E ENC P/ ANALISE
15/01/2014		SEGUE LIDER
	25/02/2014	RECEBIDO DOC P/ REANALISE - DOC ENC P/ ANALISE
28/02/2014		SEGUE LIDER